



## Assembleia Legislativa do Estado do Acre

### ~~LEI N. 1.300, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1999~~

~~Cria o Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Estado e dá outras providências.~~

#### ~~O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE~~

~~FAÇO SABER~~ que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte lei:

~~Art. 1º Fica criado o Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Estado do Acre, órgão de execução diretamente subordinado ao Procurador Geral do Estado, com as seguintes atribuições:~~

- ~~I — promover estudos de assuntos jurídicos de relevante interesse do Estado;~~
- ~~II — promover o aperfeiçoamento técnico profissional dos integrantes da carreira típica do Estado;~~
- ~~III — organizar e promover cursos de especialização e de extensão, seminários, estágios, conferências, palestras, painéis, simpósios e outras atividades correlatas, no campo do direito;~~
- ~~IV — divulgar matéria doutrinária, legislativa e jurisprudencial de interesses dos serviços da Procuradoria Geral do Estado;~~
- ~~V — participar da organização de concursos públicos para o ingresso na carreira de Procurador do Estado;~~
- ~~VI — elaborar estudos e pesquisas bibliográficas por solicitação dos órgãos da Procuradoria Geral do Estado;~~
- ~~VII — desenvolver pesquisa avançada no campo do direito e da informática jurídica;~~
- ~~VIII — editar a revista da Procuradoria Geral do Estado e outras publicações de interesse da instituição;~~
- ~~IX — ter sob sua incumbência a biblioteca da Procuradoria Geral do Estado;~~
- ~~X — adquirir livros e revistas, bem como, manter intercâmbio com entidades congêneres, nacionais ou estrangeiras;~~
- ~~XI — organizar os serviços de documentação e informação jurídicas mantendo sempre atualizado serviço de informação legislativa e jurisprudencial;~~
- ~~XII — organizar o arquivamento dos pareceres emitidos pela Procuradoria Geral do Estado;~~

~~XIII~~ organizar e controlar as atividades do Estágio de Advocacia, de acordo com a legislação específica;

~~XIV~~ estabelecer convênios com entidades públicas e privadas visando o fortalecimento da instituição, nos limites da legislação em vigor; e

~~XV~~ realizar outras atividades previamente autorizadas pelo Procurador Geral, de interesse da Procuradoria Geral do Estado.

~~Parágrafo único.~~ O Centro de Estudos será dirigido por um Procurador-Chefe, função de confiança livremente provida pelo Procurador Geral do Estado, que fará jus à gratificação prevista no art. 51, V, da Lei Complementar n. 45/94.

~~Art. 2º~~ O Estado destinará recursos próprios para realização das atividades do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Estado.

~~Art. 3º~~ Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

~~Rio Branco, 17 de dezembro de 1999, 111º da República, 97º do Tratado de Petrópolis e 38º do Estado do Acre.~~

~~JORGE VIANA~~

~~Governador do Estado do Acre~~